

ENTREVISTA COM JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR, 17 DE SETEMBRO DE 2014.

ENTREVISTADORAS: FRANCISCA F. MICHELON, NÓRIS MARA P. M. LEAL

José do Nascimento Júnior

(11/10/1966, São Paulo, bairro Bela Vista). Graduado em Ciências Sociais e pós-graduado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cursou, na Universidade de Barcelona, curso de especialização em Economia, Cultura e Cooperação Ibero-americana. Foi Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN) e participou da criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), do qual foi seu primeiro presidente de 2009 até 2013. Coordenou a implantação da Política Nacional de Museus de 2003 a 2013. Foi diretor do Museu de Antropologia do Rio Grande do Sul, diretor do Memorial do Rio Grande do Sul e coordenador do Sistema Estadual de Museus no Rio Grande do Sul. Assumiu a Coordenação de Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura.

A sua trajetória com os Museus, que iniciou no Rio Grande do Sul, expandiu-se, atingindo grande expressão no Governo Federal com a inédita criação de uma Política de Museus no Brasil. Como foi o início do seu trabalho com os Museus?

Comecei a trabalhar com Museus no Governo de Olívio Dutra, quando este se tornou governador do Estado. A partir do Curso de Graduação e pelo meu interesse pela Antropologia, fui me aproximando do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e quando fui convidado para compor a Secretaria Estadual de Cultura, solicitei ir para este Museu. Disse que gostaria de ir para o museu [estadual] em pior situação, justamente para ajuda-lo a melhorar. Poderia ter pedido para ir para o Museu Júlio de Castilhos ou para o Museu da Comunicação Social, mas eu queria ajudar o Museu Antropológico. Iniciamos com um plano de ação que partiu de ampla discussão, para a qual contamos com vários especialistas que foram solicitados a opinar sobre muitos aspectos. Assim, fomos adensando o museu, fazendo seminários internos, criando uma agenda cultural de temas importantes. Mesmo estando na Rua Andradas, 1234, no décimo andar de um edifício, esta ação fez com que ele tivesse mais movimentação do que muitos outros museus. Quando fazemos as coisas e elas vão dando certo, acabamos aumentando o trabalho que temos. Cada vez que o Pilla Vares, Secretário de Cultura do Estado, me chamava no Gabinete, havia uma demanda nova. Primeiro ele me pediu que eu reativasse o Sistema de Museus, mais adiante me pediu que eu coordenasse o Memorial. Assim, houve

um momento em que eu era Diretor do Museu Antropológico, Coordenador do Sistema Estadual de Museus e Diretor do Memorial do Rio Grande do Sul. Minha vida passou a ser na Praça da Matriz circulando com dois celulares de um museu para o outro, sobretudo porque o trabalho no Memorial era uma tarefa de tempo integral.

Como foi a experiência com o Sistema Estadual de Museus e como isto contribuiu, mais tarde, para a criação do Ibram [Instituto Brasileiro de Museus]?

O Sistema de Museus foi um trabalho grande, que serviu para testar o que dava certo e o que não dava: fizemos oficinas, lançamos o primeiro Edital de Museus no Brasil, o Promuseus, com o programa de fomento que fizemos com a FAPERGS, reativamos os fóruns. O Rio Grande do Sul, naquele momento, era o pólo de discussão da museologia no Brasil. Convidávamos os especialistas para virem discutir no Estado os temas mais atuais. Na primeira discussão sobre o Patrimônio Imaterial e Museus, logo após ocorrer a Convenção [para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial] e a sua promulgação, a Diretora do IPHAN, Márcia Santana, foi convidada para discutir este tema, que estava recém surgindo. Hoje, este é um tema em pauta, mas na ocasião ninguém falava sobre patrimônio imaterial. Tanto foi assim que no último fórum que coordenamos, na cidade de Rio Grande, o Secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plástica do Ministério da Cultura, Octávio Elísio, veio, diretamente de Brasília, para abrir o evento e fazer uma palestra. Aqui [Rio Grande do Sul] era o Pólo de discussão da temática Museus no País. Neste fórum, fizemos uma carta [Carta de Rio Grande] que deveria ser entregue aos então candidatos à presidência Lula e Serra e aos candidatos aos governos dos Estados. Portanto, o Rio Grande do Sul era um pólo. Não se tinha, ainda, um espaço de uma visão progressista no campo da cultura e, em especial, nos museus, que atraísse e formulasse políticas. Foi por isso que ocorreram aqui vários eventos, como o do CIDOC e do ICOM que, inclusive, se revitalizou a partir da ação da Secretaria Estadual de Cultura e do Sistema. Foi um momento inspirador para o que veio depois: a política de Museus. O Rio Grande do Sul polarizava em todos os temas: aqui ocorriam as edições do Fórum Social Mundial. O primeiro documento da política nacional de Museus, lançado em maio de 2003 pelo Ministro Gilberto Gil, é uma atualização, com um ano de diferença, da Carta de Rio Grande e foi a primeira política setorial do Ministério da Cultura.

O que fez surgir este ambiente tão intenso no Rio Grande do Sul?

Nós conseguimos, a partir da ação da Secretaria, ter criatividade para gerar um ambiente que movimentou o Estado. Fizemos oficinas em todos os lugares, seja onde quer que fosse, com quantos museus fosse preciso e com pessoas, muitas ou poucas, não importava a quantidade. Não havia preguiça. Havia o desejo de construção de uma rede fortalecida e foi isso que propiciou ter este ambiente de discussão. Fizemos um movimento para que surgisse um curso na UFRGS e depois na UNISINOS. Fizemos um curso de especialização em Santa Maria, na UNINFRA. Esta universidade conseguiu se articular com os municípios da região

e possibilitou que muitas pessoas fossem formadas. Várias destas estão hoje atuando nos museus daquela região ou fazendo pós-graduação. A associação das pessoas e das instituições foi permitindo que surgissem bons projetos, um deles foi a sinalização dos museus com placas na Estrada, projeto que contou com a ajuda do DER (Departamento de Estradas Rodagem). O Sistema de Museus fez convênio com o Sistema de Museus da Catalunha, para permitir trazer especialistas. Ou seja, foi um momento no qual muitas coisas foram experimentadas. Foi um laboratório, que não tinha a intenção de o ser, mas que fez com que fossem testadas diferentes ações, das quais muitas acabaram compondo a agenda do Ibram. Uma dessas foi a Semana dos Museus. Esta ideia no Rio Grande do Sul foi, ano a ano, agregando mais municípios. Todos acabavam querendo ter o seu nome no cartaz da Semana, mas para tanto, cada município devia enviar sua programação para a Secretaria. Não há uma ação da política nacional de museus que não foi, em maior ou menor grau, testada no Rio Grande do Sul. Este foi o primeiro Estado a fazer o cadastro dos seus museus, inclusive, neste cadastro foram sendo agregados os dados de outros Estados e se chegou a elencar 1200 museus. Este cadastro, que aplicado nacionalmente levantou mais de 3 mil museus é, ainda, uma peculiaridade. Sabíamos que este era um instrumento indispensável para a construção de uma política pública nesta área. Não há um recurso similar para as bibliotecas e arquivos, por exemplo. O Sistema Nacional de Bibliotecas não tem este tipo de cadastro, tampouco o de Arquivos. Nós construímos a arquitetura de uma política pública que é integral e atinge todas as áreas. Claro, que na dimensão nacional se tem outra projeção, outra escala. Se faziam oficinas com especialistas do Rio Grande do Sul e nacionais, sobre todos os temas. Assim, aqui circulavam as ideias e o pensamento, fundamentais para transformar os museus.

Qual o impacto do Estatuto dos Museus no Brasil?

O Estatuto dos Museus e, agora, o Decreto [8124/2013, que regulamenta o Estatuto] são temas cruciais para os cursos de Museologia e para a área de patrimônio. É necessário que os profissionais da área se apropriem dos instrumentos e os façam funcionar, senão a Lei vira letra morta. Por exemplo, a Declaração de Interesse Público tem que ser exercitada, solicitada, tal como o tombamento. Hoje se tem, em nível nacional, todos os instrumentos montados: temos o órgão gestor de uma política, temos os instrumentos de fomento, os instrumentos de regulação e os instrumentos de difusão (Semana de Museus, Primavera dos Museus...). E, ainda, temos as ações internacionais, se queremos colocar estas como instrumentos de uma política pública. Em nível macro, todos os instrumentos existem. Agora, eles precisam ser exercitados, capilarizados, ou seja, precisam existir da mesma forma em todos os municípios. Cada município precisa ter o seu Estatuto Municipal de Museus, seu Plano Setorial funcionando bem como o restante. É desse modo que se faz a política enraizar. E aí, mesmo que a política entre em colapso em nível nacional, se ela estiver enraizada nos municípios, o sistema se mantém até que venha outro governo e que possa retomá-la, porque haverá uma base estruturada. Portanto, o desafio da Política de Museus, hoje, é o seu enraizamento em

nível estadual e municipal, a transformação dos instrumentos nacionais sem instrumentos estaduais e municipais e o entendimento por parte das pessoas da área do patrimônio e da memória de que os instrumentos estão a sua disposição e de que precisam fazer valer, através desses, os seus direitos. Por exemplo, eu quero declarar de interesse público nacional algum bem do Rio Grande do Sul: que Pedras Altas seja um bem declarado de interesse nacional. Com esta política, eu posso fazer valer esse direito. Claro que sempre se mexe com interesses porque o patrimônio não é uma ação neutra, quando se quer preservar. Mesmo sem a sua regulamentação, o Estatuto já foi utilizado pelo Ministério Público para garantir que a casa do Museu Magüta, pertencente ao povo Ticuna, na tríplice fronteira Brasil, Perú e Colômbia, não fosse penhorada. Para tanto o MP alegou o seu valor cultural e de memória via estatuto.

Fizemos algo inovador, e agora, os diretores de museus nacionais tem que passar por uma seleção pública, por uma comissão que avalia sua capacidade de gestão. Formulou-se a ideia, também, do Museu associado, a reformulação do Comitê Gestor do SBM, de instrumentos como Cadastro Nacional, e inúmeros outros temas que estão presentes na Política Nacional de Museus, que foram traduzidos na legislação.

Qual o descompasso que existe entre a Política Pública dos Museus e sua aplicabilidade?

O que eu avalio é que em algum sentido “nós”, o Estado, avançamos mais do que o Setor. No geral, o setor e a sociedade estão mais adiantados do que o Estado. Neste caso, o setor ainda não absorveu a agenda política implantada. Ainda não esta apto para ver a dimensão dos instrumentos que estão criados, diferente de outras áreas, que têm os instrumentos e os usam bem, como a do cinema. A comunidade do cinema está todo o tempo no Estado: Fundo Setorial do Audiovisual, Ancine, Secretaria de Audiovisual, etc. Este é um setor que tem mais presença na sua relação com o Estado e mais maturidade no uso dos instrumentos e que compreendem quando devem avançar. Assim, a área de memória e de museus precisa se apropriar mais dos instrumentos. Talvez seja uma função dos Cursos passar essa ideia para os estudantes, para que compreendam este universo e evitem o comportamento “museocêntrico”, que é o só olhar para dentro da instituição e achar que ela se resolve em si. A instituição tem conexões externas e a má política influencia o interior de uma instituição, assim como a boa política. Então, é preciso entender o tema da política pública não como algo distante, mas algo que influencia na vida do profissional. Por exemplo: documentação. Se houver uma política pública nacional que ajude a ter o sistema de documentação, os instrumentos e os meios, será melhor para o profissional. Se não houver, ele terá que se virar sozinho. O mesmo acontece na área da preservação, da educação, da segurança, e em todas as instâncias que demandam das políticas públicas que seja dado um retorno e que surjam serviços. É necessário entender os museus como um serviço público de natureza cultural e dentro deste universo, o que eles podem se qualificar. Os museus precisam, como diz Érico Veríssimo não ser arquipélago, ser continente. Mas, para transformar os museus em

continente é preciso que alguma coisa os articule. Esta coisa é a política pública. Para nós isso é difícil porque não estamos acostumados à política pública de cultura. Veja o exemplo da França que há mais de 200 anos tem política de museus, desde a Revolução Francesa. Os museus, na Revolução, foram uma ação de Estado, que acabou por dar origem a um setor de museus que vive até hoje: iniciou como um departamento e transformou-se na reunião de museus franceses. Trata-se, esta, de uma narrativa cultural de políticas públicas. Nós já caminhamos muito, mas há uma distância entre os profissionais da área e aquilo que já se conseguiu. Mas, em alguma hora, essas coisas se juntam: o Estado congela e a sociedade avança. Os profissionais precisam se apropriar de vez da Política Nacional de Museus [PNM], como algo da sociedade, para além de governos. Só assim voltaremos ao “espírito” inicial da PNM, de um movimento social e cultural para a área da memória e museus, uma verdadeira “militância”, como alguém me disse que era militante da PNM, logo no início.

Creio que a institucionalização fez perder esse espírito e, assim, um pouco da força que isso tinha.

Qual o impacto do surgimento dos cursos de Museologia para o campo no Brasil e como isso ocorreu?

Os cursos foram fundamentais. Houve um ano em que o Ibram fez mais de 300 oficinas. Naquele momento surgia o REUNI, como política do MEC. Então tive a ideia de procurar o MEC, a SESu e pedi para falar na ANDIFES, na reunião dos reitores em São João del Rey. Estabeleci a seguinte estratégia: em uma apresentação mostrei aos reitores o tamanho da demanda que se tinha nas oficinas em cada estado e disse que a nossa parte era uma qualificação pontual e que este público desejava um ensino continuado e uma formação geral. Nós continuaríamos fazendo as oficinas, mas não poderíamos atender aquelas pessoas que desejavam um ensino continuado. Com apenas dois cursos de Museologia no País, não se dava conta daquela demanda. A partir daí, houve o interesse por parte dos reitores em agregar a museologia. Vários nos procuraram para ter mais informação e conhecer os projetos que se tinha, então. Deu certo, tanto que estamos indo para o surgimento do 15º curso do país [na UFPr] em 12 anos. É a área que mais cresceu proporcionalmente nas humanidades. E as pessoas perguntavam se haveria campo para todos esses profissionais. O mercado não está saturado. Há campo para estes profissionais e há muita demanda. Mas, o mais importante é que não se pode ter uma política pública sem o profissional da área. Sabíamos, na época, que não se poderia ter uma política de museus sem museólogos. E, ainda hoje, só 5% dos profissionais dos museus são museólogos, num total de quase 3500 museus. E, ainda, há um campo enorme fora dos museus. Não há hoje uma região do Brasil sem curso de Museologia. Há cursos do Pará à Pelotas, criados em 12 anos, contra a realidade que se tinha até então de dois cursos, sendo que o último tinha mais de 40 anos. E, conseguimos gerar toda a estrutura de construção do conhecimento, com a criação do mestrado e do doutorado. Isso foi uma guerra contra a especialização, que não é um compromisso da Universidade com a

área do conhecimento. O curso de especialização pode ou não ocorrer. Mas quando se tem o graduação, inicia a carreira e a conseqüente busca pelo pós-graduação. Hoje o Brasil tem o único Doutorado em Museologia das Américas, na UNIRIO. A USP, que mantinha o especialização em Museologia, foi levada a abrir o Mestrado e já está pensando no curso de graduação e doutorado Este movimento é que faz o cenário avançar para dar sustentabilidade para as políticas públicas. A região Sul continua tendo o maior número de cursos de graduação, com cinco cursos: um no Paraná, dois em Santa Catarina e dois no Rio Grande do Sul.

Qual o papel dos cursos em relação às Políticas Públicas?

Os cursos renovam a forma de pensar. No entanto, ainda falta nos cursos a formação mais prática. O museólogo não pode ser um sociólogo que pensa os museus. Deve pensar, também. Mas o que garante a especificidade do museólogo é a parte prática: saber fazer uma documentação, saber conservar. E algumas graduações ainda acham que este universo técnico é uma idéia conservadora. Mas é, justamente, o conhecimento técnico que é necessário no museu. A explosão dos cursos precisa agora balizar a formação. O ser específico é também o ser universal. Por esta razão, o museólogo deve discutir os museus na sociedade, a função do objeto, mas sem perder a garantia do conhecimento específico. No entanto, já foi um salto muito grande. O Brasil é hoje o país que mais tem cursos de graduação. Era importante fazer os cursos ou regular os museus? Fizemos os dois Era necessário ter museólogos nos museus. O museólogo é importante, mas não é o único profissional nos museus. Agora estamos vendo concursos e contratação por toda a parte, mas temos ainda um caminho longo para consolidar e qualificar os cursos. E, antes de 2003 os próprios museólogos diziam que a sua, era uma profissão em extinção. Não é o que se fala agora, não é mais esta a visão do campo. A política pública permeia toda a ação e toda a perspectiva de futuro do campo dos museus. As políticas públicas devem ser uma parte da formação dos futuros profissionais museólogos.

E o Museu Universitário? Qual o seu diferencial, o seu impacto e as suas dificuldades de existência?

O Museu universitário é um museu do qual as universidades precisam dar conta. O problema é que as universidades querem ter os museus, mas não conseguem mantê-los. A USP tem uma construção para três museus parada em uma enorme crise. Então, é necessário ver o papel dos museus universitários. São museus de formação universitária? São museus de difusão de conhecimento? Eu diria, os museus universitários são, talvez, a única porta da sociedade para o que se produz dentro da universidade. A sociedade pode não conhecer nada do que a universidade produz, mas os museus podem dar a saber o que se faz na Universidade. A difusão permanente do conhecimento passa pelos museus e não há outra forma mais dinâmica. Portanto, se a Universidade entender que isto é estratégico na relação universidade-sociedade, os museus serão tratados de outra forma. Museu não é só extensão. É um instrumento que está na ponta da cadeia de produção do conhecimento. É o canal

de extroversão desse conhecimento e por isso faz parte de um cenário de formulação, no qual cumpre o papel social de dar entendimento à sociedade do que a universidade produz. Assim, devemos fazer a seguinte pergunta ao museu universitário: a exposição no museu é para deleite dos pares ou é o instrumento de extroversão do conhecimento? Se é para deleite dos pares, então o museu é uma coisa. A linguagem é outra e não há o compromisso de extroverter o conhecimento. As preocupações são de especialistas para especialistas. Neste caso, o povo vai ao museu, não entende nada. No entanto, se é um difusor de conhecimento, bem, nesse caso, ele precisa ser um tradutor do conhecimento. É um exercício acadêmico mais difícil, porque necessita estabelecer a conversa com a sociedade. Ora, uma exposição não tem nota de rodapé. É necessário que quem a visite a entenda. Se o museu fizer isso, será um bom museu universitário, que traduz o conhecimento sem desqualifica-lo. Por que os museus de ciência fazem mais sucesso do que os museus de história? Também na Escola as ciências são mais valorizadas na grade curricular do que as humanidades. Se não houver essa disputa no campo da universidade em relação à educação, nós vamos perder espaço para a ciência *hard* porque esta aprendeu a transformar tudo em experimento lúdico, o conhecimento abstrato em uma experiência concreta. Nós temos que trazer este fato para as humanidades que é onde, eu vejo, há mais dificuldade de tradução do conhecimento. E não se trata de se ter um recurso interativo ou não e sim de ter uma linguagem, uma forma de expressão que traduza o nosso conhecimento de modo interessante. Em uma palestra que eu fiz no Museu do Índio, observei como a exposição para mim, antropólogo, estava muito boa. Só que para outra pessoa, que não soubesse o significado de “cosmologia”, como entender o que é isso, quais os comparativos com a nossa sociedade? E a melhor forma de traduzir isso é quando o visitante consegue fazer a sua interpretação, sua síntese, sem mediação, sem interferências. Isso é um desafio, não só no Brasil. Mas como as universidades estão se expandindo no país, este se torna um desafio maior, porque a manutenção disto sai caro para a universidade. Então, me encanta o modelo do Museu da UFRGS, que não é um museu de coleção, mas da universidade. Há, portanto, uma dinâmica diferente. Hoje é uma exposição de geologia, amanhã pode ser de artes, depois de botânica e toda vez que se vai ao museu, há uma coisa nova. Não sei nem se a linguagem é a correta, mas sempre que a pessoa visita, há outra coisa para ver. Assim, ao invés de cada departamento ter seu “museuzinho”, seu nicho de poder, uma sala com nome de museu, que na verdade, é um espaço de poder, há um museu que é um espaço dinâmico onde a pesquisa se traduz. Joga-se peso na pesquisa, joga-se peso na difusão da pesquisa e a universidade cumpre o seu papel. É um desafio. Estamos falando teoricamente, mas sabemos que cada universidade tem a sua realidade. Se fosse fácil, já estaria tudo resolvido e não estaríamos aqui falando sobre isso.